

## **Representações do pensamento acerca da escravidão e trabalho na Antigüidade**

Sílvia Sônia Simões,  
Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
[ssimoesbr@yahoo.com.br](mailto:ssimoesbr@yahoo.com.br)

**Resumo:** Traçar um quadro geral dos conceitos de trabalho e de escravidão, através de citações extraídas das obras de pensadores no período da Antigüidade Clássica que ilustram suas impressões, percepções e justificativas para seu posicionamento perante estas duas categorias presentes nestas sociedades.

**Palavras-chave:** trabalho, escravidão, Antigüidade Clássica.

Na Antigüidade Clássica não existia uma palavra que correspondesse a “trabalho”, na acepção que a mesma possui do modo pelo qual a conhecemos. O mesmo termo era aplicado às tarefas que se utilizavam do trabalho braçal bem como as com valores sociais “produtivos”.

O homem antigo não sentia que criava com seu esforço um valor social para sua tarefa. As mais variadas profissões dependiam de qualidades humanas diferentes umas das outras, fazendo com que cada pessoa se situasse em seu lugar dentro da hierarquia da cidade. O homem, possuindo esta visão, nascia condicionado pelo destino, ficando imóvel dentro da sociedade. Os valores sociais não chegavam à sua compreensão, uma vez que o conceito de trabalho, estrutura e organização da sociedade não proporcionava esse entendimento dentro da ótica social. Cada tarefa era definida em função do produto que seria fabricado.

A produção agrícola rural foi a principal base econômica da Antigüidade. À agricultura, que ainda dependia do auxílio das forças divinas para o sucesso de sua ação, sobrevinha um novo pensamento racional. Ela ocupou, desta forma, um mesmo plano que os outros ofícios na divisão do trabalho. Perdendo seu aspecto religioso, o trabalho da terra incluía-se na categoria dos trabalhos que só exigem gasto de energia física.

No tocante ao trabalho manual existia um preconceito muito grande, porque este não era visto como forma digna de sustento.

Assim, o trabalho não era visto como organização social única. As atividades agrícolas e artesanais possuíam diferenças entre si. A agricultura diferia das operações dos artesãos, porque eram vistas como “naturais”, em contraste com o artesanato, que possuía fabricação técnica. Por outro lado, a agricultura tinha valor de profissão ativa, enquanto o artesanato aparecia como uma submissão, implicando obrigação e servidão.

A escravidão proporcionou a liberdade do cidadão e, com isso, possibilitou a organização social, política e cultural da Antigüidade Clássica. Desse modo, as relações entre os cidadãos livres foram afetadas, aumentando a diferença entre ricos e pobres e possibilitando a ascensão dos detentores de maior poder.

Como o estatuto da escravidão não foi uniforme, a inserção do escravo não foi igual na sociedade. A escravidão espartana frente à escravidão ateniense é um exemplo dessa situação, bem como a escravidão ateniense frente à romana.

Para que existisse a escravidão e seu desenvolvimento, foi necessário um regime fundamentado no modo de apropriação do solo e sua extensão, que varia conforme o local. A escravidão na Grécia arcaica, por exemplo, quando a cidade começa a constituir a estrutura referente à escravidão, visto esta ser pouco desenvolvida neste período, conserva um caráter

patriarcal. Porém, no período de apogeu e depois no de dissolução, a escravidão é a extensão da mão-de-obra servil, com características muito diferentes.

A grosso modo, existiam dois tipos de escravidão: a servidão comunitária e a escravidão mercadoria. O primeiro tipo atingia populações de origem grega ou não, que eram tomadas, em todo seu conjunto, para uma escravidão forçada pelas conquistas de guerra. Tinham por obrigação a valorização dos lotes de terra possuídos por seus senhores, nos quais habitavam, e de entregar para sustento destes, parte de sua produção. Possuíam algumas garantias, como as de viver reunidos em famílias ou aldeias e de não poderem ser vendidos aos estrangeiros. O exemplo mais conhecido são os hilotas espartanos.

Na escravidão mercadoria, os escravos eram objetos de propriedade sem nenhum direito ou proteção, a não ser quando seu senhor, por algum interesse próprio, resolvia dar-lhes este tipo de privilégio. Dessa maneira, o escravo mercadoria assume muitas formas em sua trajetória, pois deixa de ser “quem é”, para ser “o que seu dono quer que seja”. Para ser útil, o escravo mercadoria tinha que ser inserido em uma nova sociedade, com valores distintos dos seus, seguindo caminhos diversos, os quais no mundo antigo eram muito amplos.

Os criados domésticos, os escravos com peculium e os escravos que trabalhavam acorrentados pertenciam todos a uma única categoria jurídica. Por ter um só estatuto de lei, as diferenças sociais e econômicas entre eles ficavam ocultas, fazendo parecer que todos eram iguais, ou seja, escravos. Mas é preciso ver que o escravo com peculium era autônomo, comerciante, realizando o mesmo trabalho que cidadãos livres, apesar da diferença no estatuto legal. Assim, os privilégios concedidos a alguns escravos geram uma ética individualista e aquisitiva, o oposto do sentimento comunitário da ética cidadina.

Os escravos, em suas revoltas, se preocuparam com sua condição individual e não com a escravidão instituída: não se propuseram a abolir a escravatura. Parece, dessa forma, que as lutas de classe são disputas de direitos e privilégios entre grupos que são iguais perante a lei, mas que são diferentes no conjunto total da escravidão. O escravo pensa em sua escravidão, e não no escravismo, não formando um grupo social homogêneo. É claro que tem-se que levar em conta as diferenças de origens étnicas, diversidade de línguas e outros fatores relevante, que, na escravidão mercadoria, eram condições tidas como necessárias para o bom desempenho do trabalho escravo.

Dessa maneira, quanto mais importante a escravidão se tornava, maior era o desprezo pelo trabalho físico. A abundância de mão-de-obra escrava dispensava o uso de tecnologias

inovadoras. Do mesmo modo, não havia preocupação com soluções teóricas para resolver dificuldades materiais.

Como na época clássica o problema da laicização das técnicas já estava resolvido, o sucesso do profissional baseava-se na eficiência positiva, porque não estava mais em jogo o poder das forças religiosas. As profissões tinham sucesso pelo saber prático adquirido na aprendizagem: essa era a regra para qualquer profissão especializada. Porém, o pensamento técnico permaneceu fechado nas estruturas socioeconômicas, com a ausência de um mercado interno para a produção comercial. Os valores da contemplação e da vida liberal e ociosa eram contrários aos valores utilitários e à tecnologia artificial. O trabalho prático ficava, dessa forma, restrito a escravos e servos.

Nesse contexto, foram muitos os que debateram e refletiram acerca da escravidão e do trabalho no mundo antigo.

Já na Grécia de Homero, o tratamento dado aos escravos não era do mesmo tipo. Alguns não mereciam confiança, enquanto outros, principalmente por sua fidelidade, recebiam tratamento privilegiado. O escravo Eumeu é um exemplo desta situação, da mesma forma que a ama Euricléia que, por sua lealdade, era a guardiã dos bens de Odisseu. Homero diz de Eumeu:

“O porto deixa Odisseu, escabroso caminho tomando,  
para um terreno montuoso e com matas, a fim de encontrar-se  
com o divino porqueiro, a conselho de Atenas, dos servos  
o mais zeloso de quantos o divo Odisseu possuía.”(Odisséia, XIV, 1-4)

ou ainda:

“Foi o primeiro a falar o porqueiro, pastor de outros homens:  
Hóspede, visto à cidade queres chegar ainda hoje,  
tal como há pouco entre nós meu senhor o deixou combinado -  
preferiria hospedar-te aqui mesmo, a guardar os chiqueiros;  
mas sempre acato suas ordens e o temo; não seja em futuro  
repreendido, que sempre são graves os ralhos dos amos.” (XVII, 184-189)

Euricléia é tratada de modo honroso, sendo a serva mais leal de Odisseu, fato aqui relatado na famosa passagem da “lavagem dos pés”:

"Isso disse ele; a bacia brilhante ela, logo, segura,

na qual os pés costumavam lavar, e deitou bastante água fria, ajuntando, em seguida, água quente. Odisseu, entretanto, longe d'olar se assentou, procurando ficar mais na sombra, pois receou que Euricléia, ao tocar-lhe na perna, pudesse a cicatriz conhecer e, assim, tudo ficar descoberto. Aproximando-se dele, a ama pôs-se a lavá-lo; mas logo a marca viu, conhecendo-a, ..."  
"Isso disse ele; a bacia brilhante ela, logo, segura, na qual os pés costumavam lavar, e deitou bastante água fria, ajuntando, em seguida, água quente. Odisseu, entretanto, longe d'olar se assentou, procurando ficar mais na sombra, pois receou que Euricléia, ao tocar-lhe na perna, pudesse a cicatriz conhecer e, assim, tudo ficar descoberto. Aproximando-se dele, a ama pôs-se a lavá-lo; mas logo a marca viu, conhecendo-a..." (XIX, 386-393)

e também:

"A cicatriz de Odisseu, Euricléia, ao tocá-la, no banho, reconheceu, o que fez soltasse das mãos logo a perna. Esta bateu na bacia, fazendo com que o bronze ressoasse e se inclinando de lado, jogando toda a água no solo. Dor e alegria, a um só tempo, abalavam-lhe o peito; as lágrimas os olhos se enchem, sem que conseguisse emitir a voz forte. Toca no queixo do divi Odisseu e lhe diz o seguinte: És Odisseu, caro filho, não tenho mais dúvida: nunca fora possível sabê-lo, sem que em meu senhor eu tocasse." (XIX, 467-475)

No que diz respeito à riqueza, esta parece ser uma das vantagens mais positivas de um verdadeiro cidadão. O porqueiro Eumeu diz de Odisseu para o "desconhecido" ao qual fala:

"[...] Riqueza como essa nem vinte homens juntos poderiam. Vou tudo por miúdo contar-te. No continente eram doze as manadas de bois e de ovelhas, varas de porcos em número igual e rebanhos de cabras, que eram cuidadas por gente de fora, os seus próprios pastores. Onze rebanhos, ao todo, aqui na ilha, de cabras, se encontram, nestes extremos, vigiadas por homens de inteira confiança." (XIV, 98-104)

Abaixo do escravo, na hierarquia social, está o *theta*. Sem posses e sem especialização, não contava com proteção de ninguém. O escravo está abaixo da posição social, mas o mais miserável é aquele que só dispõe de seus braços, não possuindo ligação permanente com o *oikos*. A resposta de Aquiles a Odisseu, no Hades, mostra quem é o *theta*:

“Ora não venhas, solerte Odisseu, consolar-me da Morte,  
pois preferira viver empregado em trabalhos do campo  
sob um senhor sem recursos, ou mesmo de parques haveres,  
a dominar deste modo nos mortos aqui consumidos.” (XI, 488-491)

O pai de Odisseu, Laertes, por se encontrar tomado de dor, tem seus hábitos comparados aos de um escravo:

“sem baixar nunca à cidade. Jamais dorme em leito macio,  
por não ter mantos em casa, nem cópia de bons cobertores.  
Dorme, de inverno, na casa onde os servos encontram repouso,  
na cinza, junto à lareira, com roupa andrajosa por cima.” (XI, 188-191)

Homero dá a imortalidade da fama a Odisseu através da poesia, pois é desta forma que os grandes heróis do passado a alcançam.

Teopompo de Quios (380 a.C.), historiador, conferencista e viajante, era discípulo de Isócrates. Tinha fama de investigar as razões e mostrar o porquê das ações das pessoas. Sua história possui ação moralizante.

Segundo ele, a escravidão hilótica e a escravidão mercadoria eram compostas de oposições, dispostas em uma linha de tempo, como demonstra Vernant (1989, p. 99):

[...] baseia-se numa série de oposições muito claras. Oposições cronológicas: antes, a velha escravidão [...]; depois, a nova escravidão. Oposições como: os antigos escravos são gregos, os novos são bárbaros. Quanto ao modo de aquisição: os antigos escravos foram reduzidos à escravidão pela conquista militar; os novos, foram adquiridos com dinheiro por mecanismos de mercado [...]

Políbio (210-130 a.C.) era originário de uma família de notáveis da Arcádia, que foi enviado a Roma como refém, após a derrota macedônica em Pidna. Voltou à Grécia com quarenta livros escritos, que cobriam o período de 264-146 a.C.

Isócrates de Atenas (436-338 a.C.) era sofista. Abriu uma escola de retórica, ganhando importância intelectual. Para ele, a filosofia servia “à palavra e à ação”, contrariando Platão. Nunca se ocupou da narrativa histórica, mas reconhecia seu espaço. Dizem que foi mestre de Éforo e Teopompo.

Fazendo referência às “terras públicas” – terra dos lotes dos cidadãos espartanos – Oliva (1983, p. 35-6) nos relata o seguinte:

[...] Platón e Isócrates hacen referencia directa a la igualdad de propiedad en Esparta. Platón relacionaba la distribución de tierra entre los espartanos con la llegada de los dórios al Peloponeso y, al igual que Isócrates, suponía que desde aquella época no había tenido lugar ningún cambio en la Constitución espartana, ni una nueva distribución de tierras, ni se habían anulado las deudas [...] Todo esto demuestra que la visión tradicional de la distribución de tierra en Esparta ya era conocida a los escritores del siglo IV, pero no puede tomarse como evidencia de las condiciones reales de los primeros años del estado espartano.

Plutarco (46-126 d.C.) era originário da Beócia. Depois de estudar em Atenas e viajar para Roma, tornou-se sacerdote de Apolo, em Delfos. Era platônico.

Anderson (1982, p. 60) dá um exemplo do pensamento de Plutarco, onde este discorre acerca do empobrecimento dos camponeses:

“[...] os homens que combatem e morrem pela Itália têm o ar e a luz, mas mais nada [...] lutam e perecem para sustentar a riqueza e o luxo de outros, mas, embora sejam chamados senhores do mundo, não têm um único torrão de terra que seja seu [...] (Tibério e Caio Graco, IX,5).

Segundo Oliva (1983, p.47) Plutarco refere-se à *críptia*, na qual participavam os espartanos mais jovens: “[...] se escogía a los más prudentes [...] de día permanecían ocultos ‘pero por la noche salían a los caminos y mataban a los ilotas que encontraban” (Plutarco, Licurgo, 28).

Ainda Oliva diz, acerca de Plutarco, sobre o *kleros* espartano (p.50-51):

“[...] era lo bastante grande para producir 70 *medimni* de cebada por cada hombre y 12 por cada mujer y la cantidad correspondiente de fruta fresca [...] entregaban “la cantidad establecida en tiempos antiguos” y recuerda la maldición que caería sobre cualquiera que se apropiase de una cantidad mayor. El deber de los ilotas era cumplir sus obligaciones voluntariamente después de haber recogido la cosecha y el deber de los espartanos era no exigir más. (Plutarco, Licurgo, 8)

Hesíodo viveu na Beócia, provavelmente no final do séc.VIII ou começo do séc. VII a.C. Via o mundo em uma concepção circular, dividindo a evolução humana, nos “Trabalhos

e os Dias”, em cinco estágios: Raça de Ouro, Raça de Prata, Raça de Bronze, Raça dos Heróis Épicos, Raça de Ferro ou da Terrível Aflição.

A Raça de Ouro é aquela onde os homens vivem como deuses, só conhecendo a *Dike*. São os “gênios bons” que moram na terra e protegem os mortais:

Eram do tempo de Cronos, quando no céu este reinava;  
como deuses viviam, tendo despreocupado coração,  
apartados, longe de penas e misérias; nem temível  
velhice lhes pesava, sempre iguais nos pés e nas mãos,  
alegravam-se em festins, os males todos afastados [...] (v.111-115)

A Raça de Prata, inferior a primeira, apresenta a curiosidade dos homens viverem por um tempo de cem anos. Desse modo, possuem vida mais curta que a dos homens da Raça de Ouro, que lhes são superiores:

[...]mas por cem anos filho junto à mãe cuidadosa  
crescia, menino grande, em sua casa brincando,  
e quando cresciam e atingiam o limiar da adolescência  
pouco tempo viviam padecendo horríveis dores  
por insensatez, pois louco Excesso não podiam  
conter em si, nem aos imortais queriam servir [...] (v.130-135)

A Raça de Bronze é a dos homens que se ocupam com as obras de Ares, o Deus da Guerra. Os homens de bronze não conhecem a agricultura e estão próximos da selvageria:

[...] obras gementes e violências; nenhum trigo  
eles comiam e de aço tinham resistente o coração;  
inacessíveis: grande sua força e braços invencíveis  
dos ombros nasciam sobre as robustas partes. (v.146-149)

A Raça dos Heróis é a dos homens que, após a morte, continuam possuindo fama de heróis, alcançando uma quase imortalidade. Seus nomes e glórias são conservados através do tempo pelo canto dos poetas:

[...] de novo ainda outra, quarta, sobre fecunda terra  
Zeus Cronida fez mais justa e mais corajosa,  
raça divina de homens heróis e são chamados  
semideuses, geração anterior à nossa na terra sem fim. (v.157-160)

A Raça de Ferro é a raça do presente. Remete às profecias do final dos tempos, onde vida e morte estão muito próximas. Esta raça terá vida mais curta do que todas as que a antecedem: sua decadência será total.

Antes não estivesse eu entre os homens da quinta raça,  
mais cedo tivesse morrido ou nascido depois.  
Pois agora é a raça de ferro e nunca durante o dia  
cessarão de labutar e penar e nem à noite de se  
destruir; e árduas angústias os deuses lhes darão. (v. 174-178)

Hesíodo possuía, como fica bem visível na descrição das cinco raças, preocupação com a origem e o desenvolvimento do homem. Para ele, os pobres não eram dignos de compaixão ou piedade: “[...] ao que dá se dá e ao que não dá, não se dá.” (Os Trabalhos e os Dias, v.355) ou ainda: “[...] os homens nunca param de labutar e penar durante o dia, de perecer durante à noite [...]” (Os Trabalhos e os Dias, v.176-178 ). Para Hesíodo, trabalhar é melhor que morrer, e o trabalho é ainda melhor quando pode recorrer-se ao trabalho escravo.

Assim é que Vernant (1989, p. 12-14), discorre sobre o pensamento de Hesíodo acerca do trabalho:

A terra de Hesíodo é terra de labor. Cada coisa deve ser feita no tempo que lhe convém. Ele (o trabalho) não constitui uma modalidade particular do comportamento que visa a produzir valores úteis ao grupo por meios técnicos. Trata-se, antes de tudo, de uma nova forma de experiência e comportamento religioso [...]

O trabalho, para Hesíodo, faz com que os homens entrem em contato com o divino, estando a agricultura e o trabalho associados com o auxílio e a dependência das forças divinas: “[...] e, trabalhando, muito mais caros serão aos imortais”( Os Trabalhos e os Dias, v.310).

No que respeita ao pensamento grego, da época de Homero à conquista romana, sobre a guerra e escravidão, Garland (1991, p.72) diz que: “o vencedor pode dispor do vencido, tanto na forma de sua pessoa quanto de seus bens.”

Tucídides (455-404 a.C.), provinha de família aristocrática e cresceu no apogeu de Atenas. Contraindo a peste que assolou Atenas de 430 a 429 (quando morre Péricles no último ano) mas, Tucídides dela se recuperou. Escreveu “História da Guerra do Peloponeso”, guerra esta que durou vinte e sete anos (431-404 a.C.). Destituído de sua função de estrategista, pela

derrota que sofreu por Brásidas, passou vinte anos no exílio, em sua propriedade na Trácia. Regressou a Atenas com a anistia de 404. Morreu por volta de 400 a.C.. Xenofonte, nas “Helênicas”, continuaria a narração a partir de quando Tucídides a interrompeu.

Na “História da Guerra do Peloponeso”, Tucídides fala dos hilotas e sua participação na guerra:

Durante o mesmo verão, na época em que regressavam da Trácia, as tropas levadas por Brásidas e trazidas de volta por Cleridas após à conclusão do tratado, os lacedomônios decidiram pelo voto que os hilotas que haviam combatido com Brásidas (na Trácia) passariam a ser livres e poderiam morar onde preferissem; não muito tempo depois, todavia, eles os instalaram com os neodamedes (nova classe de cidadãos hilotas emancipados anteriormente por razões idênticas) em Lepreon, na fronteira com Lacônia e a Élida, pois naquela época eles estavam desentendendo-se com os eleus. Quanto aos seus próprios homens que haviam sido capturados na ilha após entregarem as armas, temiam que, por causa de seu infortúnio, pudessem ser objeto de menosprezo e, se continuassem no gozo de seus direitos, tentassem revoltar-se; destituíam-se então esses direitos, embora alguns já estivessem exercendo funções públicas; com essa substituição evitariam que eles ocupassem cargos públicos e tivessem capacidade legal para efetuar qualquer compra ou venda. Com o correr do tempo, todavia, foram reinvestidos em seus direitos. (Livro V, cap.34).

Xenofonte de Atenas (430-355 a.C.) era discípulo de Sócrates e contrário à democracia, sendo profundo admirador de Esparta. As “Helênicas” abrangem o período entre 411-362: derrota de Atenas, vitória e derrota de Esparta, fracasso de Tebas. Xenofonte nunca deixou de se preocupar com a arte do comando e a posição do chefe.

Com relação ao trabalho e a escravidão, Anderson (1986, p.20) diz que Xenofonte procurava o modo de restabelecer as fortunas de Atenas: “[...] por meio do qual o Estado possuiria escravos públicos até que houvesse três por cada cidadão ateniense [...]” (XENOFONTE, *Poroi*, IV, 17).

Conforme Finley (1986, p. 20):

Xenofonte escreveu o “*Oikonomicos*” na primeira metade do século IV a.C.. É um guia para o proprietário rural. Versa sobre a vida boa e o uso correto da riqueza; virtudes e qualidades de direção que o senhor da casa tem que ter na educação e governo de seus escravos; virtudes e educação da mulher; agronomia: é uma obra de ética.

Com respeito aos hilotas e suas revoltas, Oliva (1983, p.48-9) cita de Xenofonte: “[...] los ilotas odíaban a los espartanos tanto que les habría gustado comerlos, incluso crudos”(XENOFONTE, Helênicas, 3,3,6) ou ainda “[...] “los espartanos siempre tenían una lanza a mano y tomaban buen cuidado de que los ilotas no pudiesen tener armas [...]”(XENOFONTE, República Lacedomônia, 12,4).

Ao contrário do trabalho artesanal, para Xenofonte a agricultura associa-se com o caráter divino por sua aproximação das atividades guerreiras, que são atividades viris, e que necessitam do apoio dos deuses para que sua ação tenha sucesso. O trabalho artesanal é visto como sendo exercido por pessoas “despreocupadas”, ao contrário do trabalho agrícola, que exige iniciativa e empreendimento. Vernant (1983, p.15) ilustra essa visão: “[...] não bastam capacidades e dons, é preciso colocá-los em ação: só existem virtudes práticas [...]” (XENOFONTE, Economique, I, 16).

Em questões de guerra, Garlan (1991, p.73) diz que Xenofonte segue a opinião que parece ser quase geral no pensamento grego:

Quem não sabe que os vencedores guardam seus bens e a eles acrescentam os dos vencidos, ao passo que os vencidos perdem simultaneamente suas pessoas e seus bens? [...] o vencedor pode apoderar-se de tudo ao mesmo tempo, homens, mulheres, seus bens e todas as suas terras [...] é uma lei universal e eterna que numa cidade tomada por inimigos em estado de guerra, tudo, pessoas e bens, pertença ao vencedor. Tácito (55-117 d.C.), era advogado, seguindo, depois, a carreira senatorial.. Escreveu, no conjunto de sua obra, a história do primeiro século do Império romano. (Ciropeia III, 3,45; IV,2,26; VII,5,73).

Tácito escreve a *historia magistra*, por sua preocupação com a posteridade. Aproxima-se de Cícero, pois quer escrever uma história imparcial. Hartog (2001, p.211) refere-se a Tácito:

Nem menos odiosos que abomináveis são os prêmios dos delatores: tendo conquistado, como espólio, funções sacerdotais e consulares, ou então cargos de procurador e poder internos, uns e outros atormentavam e arrasavam tudo pelo ódio e pelo terror. Os servos eram corrompidos contra os senhores, os libertos contra os patrões. (Tácito, Histórias, I, prefácio, 3 [1]).

ou ainda: “[...] decerto o século não foi estéril em virtudes que não produzisse, também, bons exemplos: mães acompanham os filhos banidos, cônjuges seguem os maridos no exílio, a fidelidade dos escravos é obstinada mesmo sob tortura [...]” (Histórias, I, prefácio, 3[1]).

Cícero (106-43 a.C.), foi advogado e cônsul. O catálogo de suas obras não inclui nenhum livro de história, porém Cícero, várias vezes, escreveu e refletiu sobre a história. Cícero encara o trabalho assalariado não pertencendo ao ramo das “ocupações”, assim como a agricultura. É digno de nota que Cícero era um grande proprietário, mas sua “ocupação” era a política e a advocacia, não a agricultura. A maneira de ver o trabalho manual como sendo negativo em Roma (assim como na Grécia) encontra, em Florenzano (1994, p.79-80) uma descrição do que são as profissões segundo a ótica de Cícero:

Quanto às profissões que devem ser consideradas dignas de um homem livre e as que não o devem, eis o ponto de vista geralmente aceito. Em primeiro lugar, são consideradas as profissões que suscitam a antipatia dos outros, como as de cobrador de taxas portuárias e de prestamistas. Também não liberais e inferiores são as profissões de todos que trabalham por salário, a quem pagamos o trabalho e não a arte, porque no seu caso o próprio salário é um atestado de sua escravidão. Temos também que considerar inferiores aqueles que compram a negociantes para revender imediatamente, pois não conseguiriam obter lucros se não mentissem descaradamente. E todos os artífices que se dedicam a negócios inferiores porque nenhuma oficina pode possuir qualidades apropriadas a um homem livre. As atividades de menor valor são aquelas que se relacionam com os prazeres sensuais: “peixeiros, carniceros, cozinheiros, negociantes de galinhas e pescadores”[...] mas as ocupações que requerem um maior grau de inteligência ou das quais a sociedade extrai um não pequeno benefício [...] são respeitáveis para aqueles à cuja situação convém. O comércio, se praticado em pequena escala, deve ser considerado inferior; mas, se em larga escala e extensivo, importando muito de todo o lado e distribuindo a muitos sem falsa sobrevalorização, não deve ser grandemente censurado [...] de todas as coisas que podem dar lucros a um homem, não há nada melhor do que a agricultura, nada mais produtivo, mais doce, nada que melhor convenha a um homem livre. (Cícero, *De Officiis*, I, XLII).

Platão viveu o período do declínio de Atenas até a ascensão da Macedônia. Nasceu em 428 a.C., em uma família de origem aristocrática. Fundou a Academia de Atenas, onde propagou sua visão de mundo, segundo a qual as “idéias” eram as formas básicas de todas as coisas do universo. É, por muitos, tido como idealista.

Na “República” define o governo ideal como sendo uma república aristocrática escravista, governada por filósofos e guerreiros. Quanto aos escravos e ao trabalho braçal só lhes tinha desprezo.

A “República” é o mais famoso dos diálogos de Platão. A construção de um estado ideal é aí discutida. Para Platão, os cidadãos do estado ideal se dividem em três classes: os guardiães, os soldados e o povo comum. Os guardiães constituem-se em uma elite pequena que detém o poder político. Sua tarefa consiste em fazer com que se cumpra a vontade do legislador. Platão pensa na cidade ideal como forma de discutir a justiça, pois esta existe quando cada um cuida da própria vida, fazendo o trabalho que lhe compete. A justiça, no sentido grego, está associada à noção de harmonia, o funcionamento do todo através da função adequada a cada parte.

Vernant (1989, p.27), diz que a tarefa dos homens de ofício é, no pensamento platônico: “[...] aquele à qual o destinou sua natureza individual [...]”(PLATÃO, República, 374b), assim como fala do modo de adquirir escravos, dizendo que não é bom adquirir escravos que formam um grupo e que falem a mesma língua, para que não exista entre eles coerência nacional. Platão adota, desta forma, a escravidão mercadoria:

Se se quiser usar corretamente o trabalho servil, é preciso que os escravos sejam de certa forma pulverizados socialmente, isto é, que não sejam todos eles da mesma pátria e nem falem a mesma língua [...] (PLATÃO, República, 777d).

Em questões de guerra, Garlan (1991, p. 27), escreve acerca de Platão:

[...] a causa fundamental da guerra [...] o desejo de possuir bens, assume, às vezes, para Platão, a forma específica da aquisição de escravos. É assim que ele define como caças violentas dirigidas contra o homem a “caça banditismo”, a caça aos escravos, a que pratica o tirano e a que constitui a guerra em seu conjunto, todas formando uma única classe.

Na “República” Sócrates fala a Adimanto que as “fábulas” devem ser convertidas: o inferno não deve ser visto como “mal”, pois isso não inspira confiança nos guerreiros e na educação das crianças: a escravidão deve ser temida mais do que a própria morte:

Mas, se devem ser corajosos, não é preciso também fazer-lhes discursos capazes de lhes tirar, tanto quanto possível, o medo à morte?

Mas como? quem acredita no Hades e o representa como um lugar terrível, julgas que não teme a morte e, no combate, a prefere à derrota e à servidão? [...] solicitaremos a Homero e aos outros poetas que não levem a mal se as destruímos; não que lhes falte poesia e não lisonjeiem o ouvido da maioria mas, quanto mais poéticas, menos convém à audição de crianças e de homens que devem ser livres e temer a escravidão mais do que a morte (República, III, 386 a-c; 386 c – 387 b).

Os deuses e os homens, segundo Platão, não podem transformar-se , quer para pior, quer para melhor, conforme sua vontade . No caso dos deuses, estes, sendo belos e fazendo o melhor, dada a sua condição divina, não podem mudar a forma que lhes é própria. Os deuses não criam coisas más; os heróis não são melhores que os homens.

Sócrates esclarece que: “[...] estas palavras são ímpias e falsas; pois demonstramos ser impossível que o mal provenha dos deuses” (República, III, 391 b-e). Cabe salientar que ao usar o termo “deuses”, Platão faz uma crítica sutil ao politeísmo, pois seu pensamento era voltado para uma concepção monoteísta.

Quanto às “fábulas” referidas por Sócrates, baseiam-se, principalmente, na obra de Homero. Desse modo, os poetas não podem ludibriar seus leitores, quer em poemas, quer em tragédias, com versos como:

Os próprios deuses, tomando as feições de um viajor estrangeiro,  
sob os mais vários aspectos percorrem cidades e campos,  
para observarem de perto a impiedade ou justiça dos homens. (Odisséia, XVII,  
485-487).

ou o sonho que Zeus enviou a Agamémnone:

O Sonho, logo, dali se partiu, pós ouvir o recado.  
Rapidamente, aos navios velozes chegou dos Acaios,  
e para o agrida Agamémnone foi, que se achava deitado,  
dentro da tenda, a dormir, pelo sono divino cercado. (Ilíada, II, 16-19)

ainda a conversa de Aquiles com Odisseu, no Hades:

“Ora não venhas, solerte Odisseu, consolar-me da Morte,  
pois preferira viver empregado em trabalhos do campo  
sob um senhor sem recursos, ou mesmo de parques haveres,  
a dominar deste modo nos mortos aqui consumidos.” ( Odisséia, XI, 488-491)

Aquiles fala, logo após o espectro de Pátroclo ter desaparecido:

Ora certaza adquire de que no Hades, realmente, se encontram  
almas e imagens dos vivos, privadas, contudo, de alento.  
A alma do mísero Pátroclo, assaz parecida com ele,  
toda essa noite, a gemer e a chorar, se manteve ao meu lado,  
dando instruções minudentes de quanto fazer é preciso. (Ilíada, XXIII, 103-  
107)

Odisseu desce ao Hades para pedir conselhos a Tirésias. Lá ele encontra sua mãe,  
Aquiles, Pátroclo, Antíloco e Ajaz, dentre outros:

Como até o Hades ousaste baixar, onde os mortos se encontram,  
de consciências privados, quais vão simulacros dos homens? (Odisséia, X,  
475-476)

Ferido por Heitor, Pátroclo fala-lhe para, em seguida, encontrar a morte:

Pós ter falado, cobriu-o com o manto de trevas a Morte,  
e a alma, dos membros saindo, para o Hades baixou, lastimando  
a mocidade e o vigor que perdera nessa hora funesta. (Ilíada, XVI, 855-857)

Hermes reúne as almas dos pretendentes mortos por Odisseu a fim de levá-las ao país  
dos mortos:

Como morcegos que pendem do fundo de gruta sagrada,  
voam, fazendo chiado, se um deles, acaso, da rocha  
cai, desprendendo-se de onde se achava seguro no cacho;  
da mesma forma, zumbindo, esvoaçavam as almas, seguindo  
ao salvador, o deus Hermes, por vias de lóbrego aspecto. (Odisséia, XXIV, 6-  
10)

À certa altura, Sócrates pede que Homero não apresente Aquiles, filho da deusa Tétis  
(República, III, 387 d-388b), como:

[...] sem posição permanente encontrar: já de um lado, já de outro,  
ou ressupino, ou de borco se deita. Por fim, levantando-se,  
anda ao comprido da praia do mar [...] (Ilíada, XXIV, 10-12)

ou:

Nuvem de dor envolveu a alma nobre do grande Pelida,

que, tendo terra anegrada tomado nas mãos, a derrama  
pela cabeça, desta arte as graciosas feições afetando. (Ilíada, XVIII, 22-24)

da mesma forma que esta, sendo uma deusa, não seja representada em lamentos e pranto  
(República, III, 387 d-388b):

[...] Tétis dá logo princípio aos lamentos:  
“Sede –me atentas, nereides irmãs, para que possais todas  
as aflições conhecer que o imo peito me afligem. Que sina  
ter dado à luz o maior dos heróis, para um fado tão triste! (Ilíada, XVIII, 51-54)

Para Sócrates é um atrevimento desfigurar Zeus, o maior dos deuses, com as palavras  
que profere quando sabe da morte próxima de Heitor (República, III, 388 c – 389 a):

[...] Contemplam-no todos os deuses,  
para os quais Zeus se dirige, dizendo as palavras aladas:  
“Que lastimoso espetác’lo! Um varão, que me é caro, meus olhos  
vêm perseguido ao redor das muralhas! O peito confrange-se-me  
ante o destino de Heitor [...] (Ilíada, XXII, 166-170)

Odisseu, no palácio do rei Alcínoo, diz que uma das maiores aspirações do homem  
seria:

[...] e, no interior do palácio, os convivas sentados em ordem,  
todos o aedo a escutar, tendo mesas na frente, repletas  
de pão e carne, no tempo em que o vinho nas grandes crateras  
deita o escanção, para os copos de todos encher até às bordas:  
eis o que a mim se afigura a mais bela e inefável ventura. (Odisséia, IX, 7-11)

Sócrates julga que tal posição não favorece a educação dos indivíduos. Acha que, ao  
invés de tais passagens, há outras que são dignas de serem mencionadas (República, III, 390  
a-d), como:

Ora me ouvi, companheiros, apesar dos trabalhos sofridos.  
Todas as Morte odiosas são sempre, aos mortais, infelizes;  
nada, porém, mais terrível que à fome acabar a existência. (Odisséia, XII, 340-  
342)

Para Platão, o prazer excessivo não concorda com a temperança, pois perturba a alma. Assim, Deus, para Platão, é único e verdadeiro, tanto em atos como em palavras. Pertence à natureza e é perfeito. Desse modo, não muda sua forma própria e não engana às pessoas com o envio de sinais ou discursos, estando estas acordadas ou sonhando. Tais “regras” devem ser ensinadas desde a infância, para que os homens saibam honrar a Deus, aos pais e aos amigos.

Sócrates acha que não se faz bem coisas que se imitam. O trabalho, por ser uma imitação, não convém aos guerreiros livres, que devem ser dele liberados, para melhor servir à pólis:

Se, portanto, mantivermos o nosso primeiro princípio, a saber, que nossos guardiães, dispensados de todos os outros misteres, devem ser os artesãos devotados da independência da cidade e negligenciar tudo o que não se relacione a isso, é preciso que nada façam ou imitem de diferente [...] Não admitiremos [...] homens virtuosos, imitem, eles que são homens, uma mulher jovem ou velha [...] com maior razão ainda, não admitiremos que a imitem doente, apaixonada ou nas dores do parto. [...] Nem que imitem os escravos, machos ou fêmeas, em suas ações servis (Republica, Livro III, 394 d – 395 c; 395 c – 396 a).

Sócrates fala a Glauco sobre qual virtude é a principal para a perfeição da cidade, e no quanto as funções desempenhadas por cada indivíduo contribuem para essa perfeição:

[...] seria difícil dizer se é a conformidade de opinião entre os governantes e os governados, a salvaguarda, entre os guerreiros, da opinião legítima no concernente às coisas que são ou não são de temer, a sabedoria e a vigilância entre os chefes ou se a que contribui principalmente para esta perfeição é a presença, na criança, na mulher, no escravo, no homem livre, no artesão, no governante e no governado, desta virtude pela qual cada um se ocupa de sua própria tarefa e não se imiscui de modo algum na de outrem. (República, Livro IV, 433 b-e).

Ainda falando a Glauco, Sócrates diz, acerca da escravidão de cidadãos gregos:

[...] Consideras justo que cidades gregas assujeitem gregos, ou é mister que elas o proibam também aos outros, na medida do possível, e que os gregos se habituem a poupar a raça grega, pelo temor de cair na servidão dos bárbaros? [...] Importa, portanto, que não possuam eles próprios escravos gregos e que aconselhem os outros gregos a seguir-lhes o exemplo (República, Livro V, 469 a-c).

Sócrates fala a Adimanto dos tiranos, que eliminam o “bom” e deixam o “mal”. Em sua visão, os melhores cidadãos opõe-se de maneira notória aos escravos, que são inferiores por natureza. Nota-se, também, como os escravos são utilizados em disputas próprias de poder:

[...] depois de se livrar dos inimigos externos, tratando com uns, arruinando outros, e de ficar tranqüilo por este lado, começa sempre provocando guerras, para que o povo sinta necessidade de um chefe [...] E se alguns têm o espírito demasiado livre para lhe permitir comandar, ele encontra na guerra, julgo, pretexto para perdê-los, entregando-os aos golpes do inimigo. Por todas essas razões, é inevitável que um tirano fomente sempre a guerra [...] Mas assim procedendo, torna-se cada vez mais odioso aos cidadãos [...] E não sucede que, entre os que contribuíram para a sua elevação e gozam de influência, muitos falem livremente em sua presença, ou entre si, e critiquem o que se está passando, pelo menos os mais corajosos? [...] Faz-se mister, pois, que o tirano se desfaça deles, caso queira continuar senhor, e que acabe não deixando, entre os amigos como entre os inimigos, nenhum homem de algum valor [...] Ora, não é verdade que, quanto mais odioso se tornar aos cidadãos, por sua conduta, mais necessidade terá de numerosa e fiel guarda? [...] Mas de sua própria cidade o que obterá ele? Será que não há de querer ... [...] Arrebataram os escravos aos cidadãos e, depois de alforriá-los, faze-os ingressar em sua guarda [...] serão estes os seus guardiães mais leais [...] Na verdade, segundo o que dizes, bem – aventurada é a condição do tirano, se ele toma tais homens por amigos e confidentes, depois de matar os primeiros! (República, Livro VIII, 566 c- 567 b; 567 b –d ; 567 d – 568 b).

Aristóteles era estrangeiro em Atenas. Nasceu por volta de 384 a.C. em Estagira, na Trácia. De 340 até a morte de Filipe II em 335 a.C. viveu na sua cidade natal. Daí em diante, até a morte de Alexandre em 323 a. C., trabalhou em Atenas, fundando uma escola própria, o Liceu.

Aristóteles faz o retrato do homem que possui todas as virtudes, o homem de grande alma, fato que era admirado no comportamento dos cidadãos de sua época. A ênfase é dada numa elite ética, assim como em Platão.

Na sua teoria da justiça, Aristóteles diz que esta acontece quando todos recebem a sua parte. A dificuldade que existe nesta teoria é não dar base para decidir “o “que” é justo e “para quem” é justo.

Ao discutir o problema da escravidão, Aristóteles diz que na natureza sempre encontramos o superior e o inferior. É preferível, em ambas as partes, haver governantes e

governados. Os gregos são naturalmente superiores aos bárbaros, portanto é correto que os estrangeiros sejam escravos, mas não os gregos.

No que diz respeito à propriedade da terra, Aristóteles diz que esta tem que ter caráter privado, mas seus produtos devem ser usufruídos por toda a comunidade. Esta seria uma forma esclarecida de propriedade privada, onde o proprietário usa sua riqueza em benefício da comunidade. Isto só acontece com espírito de responsabilidade, e este só é atingido através da educação.

Aristóteles, na “Política”, traça o perfil da escravidão:

[...] um objeto de propriedade é um instrumento útil à vida [...] o escravo é um objeto de propriedade animada e todo escravo é como um instrumento anterior aos outros instrumentos ( I, IV, 2, 1253b), [...] cada instrumento pode, por ordem ou por pressentimento, realizar sua própria obra [...] (I,IV, 3, 1253b), [...] os instrumentos propriamente ditos são instrumentos de produção; o objeto de propriedade, ao contrário, é um instrumento de ação (I,IV, 4, 1254 a) (Tradução do autor).

A “escravidão por natureza” é explicada por Aristóteles segundo as capacidades com as quais o homem nasce:

[...] se deduz claramente qual é a natureza do escravo e quais são suas capacidades. Um ser que outro, não importa quem [...] (I, IV, 6, 1254 a). Comandar e obedecer faz parte das coisas não só inevitáveis, mas também úteis; certos indivíduos, a partir de sua nascença, imediatamente se acham destinados a obedecer, outros a comandar [...] contudo, a melhor autoridade é sempre aquela que se exerce sobre os melhores: por exemplo, sobre um homem, de preferência que sobre uma besta (I,V,2,1254 a) (Tradução do autor).

A partir dessa natureza, a escravidão é legítima, pois:

O ser vivo, para começar, é composto de uma alma e de um corpo que a natureza destina, um a comandar, outro a obedecer (I, V, 4, 1254 a). Todos os seres, portanto, que são também diferentes dos outros, porque a alma o é do corpo e o homem do bruto, são por natureza escravos (tal é o caso de todos estes cuja atividade se reduz ao uso de seus corpos e quem tira através deles a melhor parte de seu ser) (I,V,8,1254b) (Tradução do autor).

Com esse encadeamento de proposições, Aristóteles justifica a necessidade e, igualmente, a vantagem de ser escravo:

[...] é escravo por natureza quem pode pertencer a um outro [...] quem somente tem parte à razão na medida onde ele a possa perceber, mais não de a possuir ele mesmo [...]. Quanto a sua utilidade, a diferença é insuficiente: escravos e animais domésticos fornecem o auxílio de seus corpos para os trabalhos indispensáveis (I,V,9,1254b) [...] diferença entre os corpos dos homens livres e o dos escravos: uns são fortes pelas tarefas necessárias; os outros, com direitos de importância e impróprios a tais atividades, porém aptos à vida política [...] é portanto evidente que há, por natureza, pessoas que são livres, outras escravos, e que para estes a condição servil é ao mesmo tempo vantajosa e justa (I,V,10,1254b), [...] esta distinção existe realmente, e que neste caso é vantajoso e justo para um ser escravo e para o outro ser senhor, e que um deve obedecer; outro exercer a autoridade que lhe é natural de exercer (I,VI,9,1255b) (Tradução do autor).

Aristóteles, com base na diferença que existe naturalmente entre o que manda e o que nasceu para ser mandado, estabelece a “ciência” do senhor:

[...] a ciência do senhor é o uso dos escravos; ser senhor não consiste simplesmente em adquirir seus escravos, porém a saber se utilizar dos escravos. Esta ciência, aliás, não tem nada de grande ou majestoso: o senhor deve simplesmente saber ordenar o que o escravo deve saber fazer (I,VII,4,1255b). (Tradução do autor).

O escravo, dessa forma, por possuir tão “pouca alma” e meios, deve achar bom e justo depender de outrem.

Em questões de guerra, é quase sempre com relação à escravidão que aquela tem sentido para Aristóteles : o objetivo principal de uns é reduzir à escravidão àqueles que podem ser sujeitos a um senhor; o objetivo de outros é não ser escravos.

O que Aristóteles (tal como Platão) deseja estabelecer é o elo entre poder e riqueza, seja na forma de pilhagem de bens, seja na redução à escravidão, que apropria e submete os indivíduos.

Aristóteles, mesmo sabendo que a oposição homem livre – escravo nem sempre é aceita como natural, insiste em dogmatizá-la: “O ser que, graças à sua inteligência, é capaz de prever, é chefe por natureza, senhor por natureza; o ser que, graças ao seu vigor corporal, é capaz de executar é dependente, escravo por natureza [...] (Política, I,II,2,1252 a) (Tradução do autor). Segundo Vernant, (1989, p.73) Marx , mencionando Aristóteles, diz o seguinte: “O que mostra o gênio de Aristóteles é que descobriu na expressão do valor das mercadorias uma

relação de igualdade. O estado particular da sociedade na qual vivia impediu-o unicamente de descobrir qual o conteúdo real dessa relação” (“O Capital”, v.1, p.75), e Vernant segue argumentando (p.83): “É porque, aos olhos do grego, a humanidade do homem não é separada do seu caráter social; e o homem é social enquanto ser político, como cidadão. Porque fora da cidade, o escravo está fora da sociedade, fora do humano. ”

Anderson (1982, p. 23) diz que Aristóteles resumiu o pensamento da Grécia clássica: “O ideal seria que aqueles que cultivam a terra fossem escravos, que não pertencessem todos ao mesmo povo nem fossem de temperamento ativo, para que sejam industriosos no trabalho e imunes à rebelião”(Política, VII, IX, 9,1329a) .Ou então: “O melhor dos Estados não fará de um trabalhador manual um cidadão, pois a massa dos trabalhadores manuais é hoje escrava ou estrangeira”. (Política, III, IV,2,1276b).

A escravidão não se encontra associada a mercadoria ou ao “bárbaro” no que se refere aos autores trágicos. Estes, diferentemente de Teopompo de Quios, não situam a escravidão em “antes” e “depois”, em um tempo histórico. É na lenda e no mito que a escravidão é estabelecida. Assim, a escravidão “aparece como uma espécie de catástrofe individual que podia ameaçar a todos, gregos ou bárbaros” (VERNANT, 1989, p. 104).

Para Aristóteles, na tragédia os homens aparecem como seres “superiores” à vida real, embora não tão distanciados dos homens comuns a ponto destes não se importarem com suas desditas. A comédia, no entanto, apresenta os homens “piores” do que são, apresentando o lado ridículo da vida, pois tudo que não for digno do “cidadão perfeito” é considerado defeituoso. A arte dramática estaria ligada às recitações de ritos religiosos: a tragédia grega teria surgido de encantamentos que ocorriam nas cerimônias órficas. De acordo com Russell (2001, p. 135) “[...] a cerimônia trágica tinha um líder que recitava versos e uma multidão que respondia [...] desses elementos se desenvolveram o primeiro ator e o coro [...] a comédia surgiu da orgia dionisíaca que significa canto orgiástico”.

Aristóteles propõe que a tragédia tenha início, meio e fim, sendo a causa final a “purificação da alma” através da *catarse*. Para Aristóteles, a tragédia tem papel de cura, é terapêutica. Fala, ainda, que o mais importante na tragédia é a trama, que, por sua vez, conduz ao drama. Os personagens, em primeiro lugar, têm que ser acometidos por uma reviravolta da sorte para, depois, descobrirem algo inesperado que influencie na trama: o personagem cai de uma posição elevada e influente e se transforma num indivíduo que a sociedade relega.

Ésquilo, nascido por volta de 525 a.C., é representante da cidade democrática. É ele que introduz o segundo ator (não só o primeiro, o ideal de Aristóteles). Também em Ésquilo,

Zeus tem uma história, como no “Prometeu”, onde este é o escravo e Zeus o tirano. Conforme Vernant (1999, p. 283) “há dois tipos de escravos na obra de Ésquilo: escravos por destinação e escravos por captura, sendo estes últimos, gregos ou filhos dos deuses e reis, vítimas do direito de guerra.”

Desse modo é que no “Prometeu”(v.553-555):

Nunca as deliberações dos mortais  
Porão de lado a ordem harmoniosa  
Que Zeus estabeleceu.

O *kosmos* não podia ser alterado por ninguém, pois era estabelecido pelos deuses. Quem pusesse em perigo o equilíbrio da ordem era castigado pelos deuses. Esse excesso era o pecado da *hybris*, onde cada um tinha seu lugar definido, que não podia ultrapassar, ou (v.967-968):

Fica a saber claramente: não trocaria a minha  
desgraça pela tua servidão.

Nos quais Prometeu fala a Hermes, quando este tenta dissuadi-lo a contar o segredo que derrubaria Zeus do trono. A servidão é negativa e degradante, posto que seja um titã quem o diz. Retomando Vernant (1999, p. 283):

No Prometeu encontramos essa mesma relação entre o tirano e o escravo [...] Zeus-tirano e Prometeu-escravo, um escravo torturado como só os escravos podem ser [...] mas há escravos e escravos, e Prometeu opõe, à servidão voluntária de Hermes, o criado do tirano, sua própria condição. Mas Hermes não se reconhece como escravo, e define Zeus não como senhor, mas como seu pai.

O melhor exemplo de escravo por direito de conquista é demonstrado na figura de Cassandra: profetisa de Apolo, escolhida para ser amante e escrava de Agamêmnon, que destruiu sua cidade e família.

Eurípedes, que possuía mente menos religiosa, mais laica, em tragédias relativas à epopéia troiana ( As Troianas, Andrômaca, Hécuba), mostra o destino dos cativos de origem nobre. Nas “Troianas,” relata a sorte que foi reservada às mulheres depois da luta ser vencida pelos atidas, e de sua cidade ficar reduzida a cinzas. É o deus Posêidon quem começa,

descrevendo o cenário de Tróia arrasada e a espera das mulheres para saber qual destino lhes coube:

Ecoam nos barrancos do Escamandro os gritos  
de inúmeras cativas em expectativa  
de ver a sorte designar-lhes um senhor.  
Algumas foram dadas aos guerreiros árcades;  
outras irão servir aos homens de Tessália;  
aos filhos de Teseu, chefes de Atenas, outras. (v.40-45)

Hécuba, falando a Taltíbio, indaga quem será seu patrão e o de suas filhas:

Assim farei. E minha pobre filha,  
Cassandra, dize quem a levará.  
Já foi escolhida pelo próprio Agamênon. (v.302-304)

E minha filha que levaste há pouco?  
A quem aludes? Deve ser a Polixena.  
Acertas. Quem a teve na partilha?  
Levou-a a sorte ao túmulo do herói Aquiles. (v. 315-318)

E a nobre esposa do valente Heitor  
de brônzea decisão, a infeliz  
Andrômaca, dize o destino dela.  
Também foi partilhada e coube a Neoptólemo. (v326-329)

E eu? E eu? De quem serei a serva,  
eu que para marchar tenho de dar  
à minha mão a necessária ajuda  
que um sólido bastão proporciona  
à envelhecida, atônita cabeça  
caída ao peso da idade?  
Serás escrava de Odisseu, senhor de Ítaca. (v. 330-336)

Hécuba fala, então, das condições as quais será submetida: de nobre passará a ser uma escrava qualquer:

A terra nua servirá de leito ao corpo  
cansado que dormiu em tálamo real.  
O andrajo a que estou reduzida irá cobrir-se  
de trapos, marcas vis de minha decadência. (v.625-628)

Quanto à morte de seu filho Astiânax, Hécuba declara:

Se ao menos tivesse morrido pela pátria  
após haver gozado a mocidade, as núpcias  
e a realeza que nos faz iguais aos deuses  
terias sido mais feliz, se pode haver  
felicidade para os homens nesta vida. (v.1473-1477).

Hécuba , ao comparar a realeza como “igual aos deuses”, mostra as relações entre poder-saber, função política, social e técnica as quais a tragédia ilustrava.

Da mesma forma Sófocles, na “Electra”, fala do destino das mulheres nobres submetidas à condição de escravidão:

Em vez de mãe, tenho terrível inimiga;  
Neste palácio em que devia ser senhora  
fazem-me escrava dos verdugos de meu pai. (v. 236-238).

Electra apresenta-se com aspecto desfigurado em consequência dos sofrimentos e dos maus tratos. Sua humildade no vestir remete-a à condição de escrava, diferente de sua irmã Crisôtemis, que ostentava o luxo de sua condição real.

A tragédia possui, então, a tarefa de passar uma mensagem com uma menção específica, visto não tratar só do “tempo em que está”, e usar uma linguagem que é praticada “nesse momento”.

Oposta à cronologia, a tragédia grega fala da memória histórica através do mito (distante e presente), ao mesmo tempo em que seu vocabulário, texto e imagens são atuais, fazendo, dessa maneira, que as obras trágicas possuam caráter contemplativo e contemporâneo.

Dessa forma, o estudo do escravismo antigo traz em seu cerne fatos que podem ser estendidos até à nossa sociedade contemporânea, com todo o grau de tecnologia e desenvolvimento que esta possui.

A visão aristotélica de que alguns homens devem ser dirigidos, e que isso acontece para sua natureza não ser contrariada, assemelha-se à visão atual, na qual quem é competente e dinâmico pode alcançar o sucesso; ao contrário, quem não desenvolve essas qualidades, fica submetido e subjugado a outros.

Nós hoje vivemos com diferenças sociais que para os romanos pareceriam

intoleráveis. A fome é um exemplo disto, visto esta ser encarada pelos romanos como degradante. Para nós, a fome é vista cada vez mais como algo comum, o que não deixa de constituir um paradoxo, porque ela seria uma das conseqüências do progresso e avanço tecnológicos, onde cada um tem que se adequar ao seu papel, semelhante ao que ocorria no mundo grego no tocante à visão de trabalho.

## **Referências**

### **Fontes Primárias**

ARISTOTE. **Politique**. Texte établi et traduit par Jean Aubonnet. 3.ed. Paris: Les Belles Letres, 1991. (Collection des Universités de France, 3.v.)

ÉSQUILO. **Prometeu Acorrentado**. Tradução, prefácio e notas de Ana Paula Quintela Ferreira Sottomayor. Coimbra: Atlântida, 1967.

EURÍPEDES. **As Troianas**. Tradução de Mário da Gama Kury. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

HESÍODO. **Os trabalhos e os dias**. Tradução, introdução e comentários de Mary de Camargo Neves Lafer. 3.ed. São Paulo: Iluminuras, 1996.

HOMERO. **Ilíada**. Tradução em versos de Carlos Alberto Nunes. 7.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

\_\_\_\_\_. **Odisséia**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. 4.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

PLATÃO. **A República**. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965. (Coleção Clássicos Garnier, 2. vol.).

SÓFOCLES. **Antígona**. Tradução de Donald Schüller. Porto Alegre: L&PM, 2001.

\_\_\_\_\_. **Electra**. Tradução de Mário da Gama Kury. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Tradução de Mário da Gama Kury. 4.ed. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001. (Coleção Clássicos IPRI, 2).

### **Fontes Secundárias**

**Atlas histórico y cultural de Europa**. Barcelona: Nauta, 1962.

**Atlas of western civilization.** Amsterdam: Elsevier, 1954.

ANDERSON, Perry. **Passagens da Antigüidade ao Feudalismo.** 2.ed. Porto: Afrontamento, 1982. (Coleção Biblioteca das Ciências do Homem).

CARR, E. H.. **Que é História?** 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FINLEY, Moses I.. **A economia antiga.** 2.ed. revista e amp. Porto: Afrontamento, 1973.

\_\_\_\_\_. **A política do mundo antigo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

\_\_\_\_\_. **O mundo de Ulisses.** Lisboa: Presença, 1982.

FLORENZANO, Maria Beatriz B.. **Mundo Antigo: economia e sociedade.** 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GARLAN, Yvon. **Guerra e economia na Grécia Antiga.** São Paulo: Papyrus, 1991.

HARTOG, François (org.). **A História de Homero a Santo Agostinho.** Belo Horizonte: UFMG, 2001.

LORAUX, Nicole. **Invenção de Atenas.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

OLIVA, Pavel. **Esparta y sus problemas sociales.** Madrid: Akal, 1983.

RUSSELL, Bertrand. **História do pensamento ocidental: a aventura dos pré-socráticos a Wittgenstein.** Tradução: Laura Alves e Aurélio Rebello. 5.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

VERNANT, Jean Pierre, VIDAL-NAQUET, Pierre. **Trabalho e escravidão na Grécia antiga.** São Paulo: Papyrus, 1989.

VERNANT, Jean Pierre. **As origens do pensamento grego.** 12. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

\_\_\_\_\_. **Mito e tragédia na Grécia antiga.** São Paulo: Perspectiva, 1999. (Coleção Estudos, 163).